



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## MEMÓRIA, POLÍTICA E IDEOLOGIA: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO CASO DE JURACY MAGALHÃES.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão  
(UESB)

### RESUMO

O problema que direciona o artigo questiona de que maneira foram construídas as relações entre política e memória para o processo de construção de uma imagem pública de Juracy Magalhães. Discutir esta relação e, ainda, pensar a memória como um instrumento de exercício de poder por parte daqueles que estão efetivamente em disputa por posições de hegemonia dentro do Estado. No intuito de responder a este questionamento é que se faz necessário construir um percurso teórico-metodológico que possa delinear claramente de onde se parte e onde se pretende chegar com o texto em questão. Por se tratar das memórias de um homem público que as construiu como um instrumento fundamental de exercício de poder e em disputas com outras, portanto faz-se necessário uma abordagem à categoria da ideologia, para, ao final desta reflexão, estabelecer um diálogo entre memória e ideologia e uma noção de memória ideologizada. Neste caso, a memória aparece de duas maneiras distintas, mas não separadas. Ela é, ao mesmo tempo, campo teórico, categoria conceitual a ser investigada e também fonte, *corpus* documental a ser interrogado, analisado, inserido em suas redes de sociabilidade. A outra categoria a ser discutida é a ideologia. Aqui ela aparece inserida nas discussões sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, e a partir da noção de um discurso lacunar e de dispositivo de ocultação que permite o processo de dominação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Ideologia; Política.

---

· Professor do Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi. Mestre em História pela UNEB. Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Bolsista FAPESB. Orientado pelo Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida e Coorientado pelo Prof. Dr. José Alves Dias. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Sociedade no Brasil – GEPS, vinculado ao Museu Pedagógico da UESB. Email: carlos.hyst@gmail.com



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## INTRODUÇÃO:

### A QUESTÃO DA MEMÓRIA

O presente artigo questiona de que maneira podem se estabelecer as relações entre memória, política e ideologia no processo de construção da imagem pública de Juracy Magalhães. Busca pensar a memória como um instrumento de exercício de poder por parte daqueles que estão efetivamente em disputa por posições de hegemonia dentro do Estado. Portanto, faz-se necessário uma abordagem às categorias da ideologia e da memória, para, ao final desta reflexão, estabelecer um diálogo entre memória e ideologia, e, partindo desta premissa, uma noção de memória ideologizada.

O trabalho em questão utiliza-se dos livros de memórias, escritos e organizados em torno dos depoimentos colhidos por jornalistas e pesquisadores sobre a vida pública de Juracy Magalhães, a saber: *Minha vida pública na Bahia* (1957), *Minhas memórias provisórias* (1982) e *O Último Tenente* (1996).

Maurice Halbwachs (2004) trouxe a discussão sobre a memória para o campo das ciências sociais, mais especificamente para a sociologia, e passou a abordar a temática a partir de sua natureza social. Em seu livro, *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicado em 1925, influenciado pela sociologia de Durkheim, lançou uma série de debates que questionavam a natureza da memória. Teceu críticas às concepções que tratavam a memória como um produto individual, fosse através do viés psicologizante e filosófico, que colocava a memória no interior e na imanência dos indivíduos, ou da neurociência que concebia a memória a partir de seus elementos orgânicos e neuronais. Ele deslocou a memória para o exterior das pessoas e a situou nas relações, nos grupos sociais. Estabeleceu a noção de quadros sociais, que podem ser compreendidos como âncoras que suportam as memórias desses grupos (HALBWACHS, 2004: 8-9).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Em sua concepção, não são os indivíduos que lembram isoladamente, pois suas lembranças estão ancoradas nos marcos da sociedade, da interação com os membros do grupo e do local que ocupam em determinado grupo social. A partir destes pressupostos, ele construiu a tese da memória coletiva. Na coletânea de artigos intitulada *A Memória Coletiva* (2006), publicada postumamente por sua irmã, em 1950, Halbwachs amadureceu as suas concepções sobre a memória constituída e transmitida coletivamente, a partir das experiências nos diversos grupos sociais.

O conceito de memória coletiva tem gerado vários questionamentos. As críticas ao conceito referem-se, sobretudo, ao fato de que nas análises de Halbwachs estão de fora problemas como os usos e a manipulação da memória, seu caráter ideológico como instrumento de poder, seu papel na luta pela dominação e hegemonia (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011: 99-100).

Elizabeth Jelin (2012) propõe uma discussão sobre a memória na qual, esta é entendida como uma série de processos subjetivos e ancorados em experiências e em marcas simbólicas e materiais. Reconhece a memória como objeto de disputas, conflitos e lutas e, estabelece a atenção ao caráter ativo e de produção de sentidos dos que participam dessas lutas, que são marcadas pelas relações de poder. Propõe ainda, a historicização das memórias, ou seja, reconhecer a existência de mudanças históricas que se processam em relação aos sentidos construídos sobre o passado, assim como o lugar assumido pela memória nas diferentes sociedades, climas culturais, espaços de luta política e ideológica (JELIN, 2012: 36).

Jelin (2012: 39-40), entende que, em qualquer tempo e lugar, é impossível encontrar uma única memória, uma única visão e interpretação do passado que seja compartilhada por toda a sociedade. Em determinados momentos, por conta de dominação ideológica e hegemônica, o consenso é maior, e certa visão sobre o passado pode ser mais aceita que outras. Em geral, esta é a visão estabelecida pelos vencedores dos conflitos, mas sempre haverá outras histórias, memórias e interpretações, que são alternativas e subterrâneas. Há em torno da memória, uma



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

luta política ativa que disputa o sentido do ocorrido e o sentido da memória mesma. O espaço da memória é um espaço de luta política. A luta da memória contra o esquecimento ou contra o silêncio é, na verdade, uma oposição entre memórias rivais distintas, configura-se, em última instância, uma luta de memória contra memória (JELIN, 2012: 39-40).

Neste sentido, é fundamental destacar os usos e abusos da memória<sup>50</sup>, sua manipulação ideológica no exercício e como instrumento de poder. Além disso, se ressalte o papel da memória na luta pela dominação e na manutenção dos interesses hegemônicos. É importante perceber os vínculos entre memória e relações de poder, pois se entende que as imagens do passado de cada época se articulam e são engendradas pelos pensamentos dominantes (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011: 100). Algumas memórias construídas e reconstruídas são constantemente ressaltadas e reafirmadas numa operação para torná-las perenes, enquanto outras são alvos constantes de um processo sempre renovado de apagamento e silenciamento (Idem: 101). Percebe-se, então “a existência de um controle do uso da memória valendo-se da necessidade de manutenção e/ou reprodução de determinadas relações sociais.” (Idem: 101).

## A IDEOLOGIA

As manipulações da memória se devem à intervenção de um fator complexo e multiforme que interfere significativamente nas expressões públicas da memória: a ideologia (RICOEUR, 2007: 95). Este conceito apareceu pela primeira vez por volta de 1801, em um livro intitulado *Elementos de Ideologia*, de autoria de Destutt de Tracy (CHAUÍ, 1980: 10). Surgiu como a explicação de uma espécie de sistema, com uma conotação positiva, como a possibilidade de um arcabouço científico para uma ciência das ideias. A descaracterização do conceito se deu a

---

<sup>50</sup> Neste caso, Paul Ricoeur destaca que as memórias sofrem abuso como o resultado de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por parte dos detentores do poder. Ver: (RICOEUR, 2007: 93)



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

partir das disputas políticas de seu grupo contra Napoleão, que realizou um trabalho de desconstrução do termo e o dotou de características negativas. A partir daí se estabeleceu a ideia de ideologia como uma realidade deturpada, como uma falsa consciência (THOMPSON, 1995, 449).

Marx e Engels, na *Ideologia Alemã* (1996), adotaram a noção negativa do conceito. Ideologia pensada como um falseamento da realidade. Em sua crítica aos jovens hegelianos de esquerda os autores afirmaram que estes não compreenderam totalmente a obra de Hegel, acreditando que abordando uma parte de sua obra estariam destruindo todo o sistema de pensamento hegeliano. Os jovens hegelianos acreditavam que estavam realizando um grande feito revolucionário, apenas criticando ideias a partir de ideias (MARX & ENGELS, 1996: 05-06).

A proposta marxiana era justamente interrogar qual a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã. A ligação entre a atividade crítica que se propunham e o seu próprio meio material. As premissas construídas pelos ideólogos possuem uma base real, que somente podem abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram quanto aquelas engendradas em sua própria ação (MARX & ENGELS, 1996: 07-10).

Ora, o processo de construção da ideologia parte das condições materiais de existência em cada sociedade e da necessidade de produção/reprodução destas. Marx e Engels (1996: 11) afirmaram que toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história, que esta é produzida no momento em que os homens produzem seus meios de existência. Neste processo é importante salientar a divisão social de trabalho que se dá em vários momentos e que resulta em uma divisão que é fundamental para entender a instauração/ação da ideologia. Neste processo estabelece-se a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Advém da ideia de que uns trabalham e de que outros pensam a ilusão de que as criações intelectuais são autônomas,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

pois seus criadores estão separados do trabalho trivial (MARX & ENGELS: 11-13 e 20-23).

A ideologia é fundamental nas sociedades em que há divisão e desigualdade social, pois um dos principais objetivos da ideologia é justamente escamotear as divisões sociais e a luta de classes (CHAUÍ, 1980: 29-31). O discurso eivado de ideologia parte do princípio que a diferença entre as rendas, entre o acesso aos meios de produção é fruto de uma naturalização, de uma situação de fora, além das relações sociais e das condições materiais da produção da existência (Idem: 29-31). De acordo com Edgar de Decca (1992), a ideia de revolução de trinta foi construída pelos vencedores com o propósito de suprimir o lugar da luta de classes neste processo histórico. A aceitação daquilo que uma memória histórica definiu como um fato fundante da História do Brasil, e que assim foi acolhida pela historiografia, é, na verdade, um dispositivo que serviu para ocultar a luta de classes no momento mesmo em que este se efetivava (DE DECCA, 1992: 69). A ideologia, neste caso, construía o seu lugar de atuação, pois o exercício de dominação dos vencedores se deu com a dissimulação de sua própria dimensão histórica, ou seja, a luta de classes. Portanto, a construção deste “fato”, “reside o momento mesmo da ideologia que dissimula no exercício da dominação de classes o processo histórico que efetivou os vencedores da luta política e suprimiu nos discursos a experiência histórica dos dominados” (DE DECCA, 1992: 69-70).

O modo fundamental de ação da ideologia é criar a ilusão de que as ideias particulares de uma classe social dominante, no caso do capitalismo, a burguesia, sejam consideradas e propagadas como ideias universais. Desse modo, o pensamento dominante de uma época e/ou de uma sociedade é o pensamento da classe dominante (MARX & ENGELS, 1996: 62). Portanto, sugere-se que o modo de se estabelecer o passado, o que lembrar e o que esquecer, é alvo de investimento da ideologia, ou seja, pensar a memória de um local, de um grupo, de uma sociedade também requer uma análise sobre as lutas de classe e das relações



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

sociais de dominação que engendraram a produção e estabelecimento daquela memória.

### **A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JURACY MAGALHÃES E SUA RELAÇÃO COM OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO.**

O empenho na construção de uma figura predominantemente pública é um dos elementos que mais se destacam nos textos memorialísticos de Juracy Magalhães. No *Minha Vida Pública*<sup>51</sup> pode-se destacar a seguinte afirmação: “Por que a vida pública de Juracy Magalhães é na verdade o resumo de toda a sua vida” (MAGALHÃES, 1957: na orelha do livro). Esta assertiva indica a maneira pela qual se construíram as lembranças do personagem. A organização do prefácio de *Minha vida pública* acompanha esta tendência. Desde o início da narrativa, Ruy Santos, o prefaciador, fez questão de enfatizar o destino marcado para a vida pública do jovem Juracy. Ele quando “adolescente, se entregaria, de corpo e alma, ao Liceu. Para o estudo, para a vibração estudantil, para os movimentos cívicos, para a vida de moço. Em pouco tempo era um líder” (MAGALHÃES, 1957: 14). Na passagem de J.J. Seabra e Nilo Peçanha, em campanha eleitoral por Fortaleza, ele “foi um dos cabeças das excepcionais homenagens estudantis prestadas aos grandes tribunos.” (Idem: 15)

Sua trajetória foi narrada a partir de papéis desempenhados em sua vida pública. A narrativa se iniciou abordando sua formação na academia militar no Rio de Janeiro e o contato com personagens e ideias dos movimentos tenentistas ao longo da década de 1920. Juracy foi da turma posterior aos tenentes e capitães dos 18 do Forte de Copacabana (MAGALHÃES, 1957: 11-16). Foi caracterizado pelo seu

---

<sup>51</sup> O livro *Minha Vida Pública na Bahia*, foi publicado em 1957, como uma forma de homenagem aos vinte cinco anos da vida pública de Juracy na Bahia. Sua organização consta de um prefácio, escrito pelo seu correligionário e apadrinhado político Ruy Santos, na forma de esboço biográfico, no qual são destacadas, em forma de tópicos, as fases de sua vida pública: o soldado, o revolucionário, o administrador, o político e o baiano. E ao final estão, como anexo, uma série de discursos, falas e pronunciamentos.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

biógrafo como um revolucionário<sup>52</sup> que conspirou contra o poder estabelecido e um dos líderes, no norte, do movimento que levou à vitória da chamada Revolução de 1930 (MAGALHÃES, 1957: 17-32). Como administrador, o esboço biográfico o elogiou pela seriedade e capacidade com que resolvia os problemas que se apresentavam, destacou-se sua atuação no sentido de sanear as finanças e desenvolver a economia baiana (Idem: 33-44).

Ruy Santos destacou ainda as funções de presidente da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás (MAGALHÃES, 1957: 41). O caracterizou como o político que defendia o projeto de poder pensado pelos tenentes<sup>53</sup> desde os levantes da década de 1920, e, uma vez tendo oportunidade colocou em prática, o ideal de republicanizar a república, redemocratizar a democracia e revitalizar a vida nacional ao enfrentando os chamados decaídos (MAGALHÃES, 1957: 46).

Desse modo, é fundamental pensar a partir de sua ação como homem público ao desempenhar funções no aparelho de Estado. Sobre este tema, é preciso entender algumas questões levantadas por Althusser (1996) que dizem respeito aos aparelhos do Estado e seu papel para assegurar a manutenção e o exercício do poder por parte das classes dominantes. A luta política das classes ou fração de classes se dá sempre em função do Estado, da posse, da tomada e da preservação do poder estatal (ALTHUSSER, 1996: 113).

Althusser (1996: 113) propõe uma separação entre o poder estatal, que é o alvo da luta política que envolve classes, luta de classes frações de classe ou aliança entre

---

<sup>52</sup> Segundo Edgar De Decca, o tema do tenentismo ganhou legitimidade a partir do lugar privilegiado que a ideia da revolução assumiu na historiografia brasileira. Neste caso, o processo histórico dos anos de 1920 passou a ser lido a partir da oposição: tenentes x oligarquias. O mesmo dispositivo ideológico que elevou a revolução de trinta à categoria de fato histórico fundamental, também elegeu seu inimigo, o fantasma da oligarquia, e os seus agentes políticos, os fantasmas dos tenentes, ora denominados de revolucionários. Ver: (DE DECCA, 1992: 82).

<sup>53</sup> Vavy Pacheco Borges, estabeleceu que o termo tenente ou tenentismo não são encontrados na documentação da década de 1920 e que o termo tenentismo surgiu no calor das lutas políticas no estado de São Paulo, com um teor negativo, em 1931. E segundo esta autora, foram Alcindo Sodré e Virgílio Santa Rosa que transformaram o termo em um conceito sociológico, com uma conotação positiva em 1933. Ver: (LANNA JÚNIOR, 2008: 341-346).





ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

estas e frações destas de um lado e o Aparelho de Estado do outro. Pois o Aparelho de Estado pode sobreviver a uma disputa pela posse do aparelho estatal.

O personagem em questão construiu parte de sua memória ancorada em sua participação nos eventos que geraram e que se desdobraram, a partir das atividades conspiratórias (MAGALHÃES, 1982: 17-24), no movimento ocorrido no Brasil em 1930 e que ficou conhecido na memória histórica nacional e também na historiografia brasileira como Revolução de 1930<sup>54</sup>. Primeiro como soldado e conspirador, filiando-se como herdeiro dos chamados tenentes da década de 1920 (GUEIROS, 1996: 67-104), depois como interventor e governador (MAGALHÃES, 1982: 71-85 e 91-107), assumindo funções no próprio aparelho estatal e disputando posições de comando e hegemonia dentro do Estado.

Além do poder estatal pelo qual os grupos disputam, existem os aparelhos ideológicos do Estado, os AIE's. Segundo Althusser (1996: 114-115), estes não se confundem com o Aparelho (repressivo) do Estado, o qual é composto pelo próprio governo, ministérios, exército, polícia, tribunais, presídios e etc., seriam aparelhos que funcionariam prioritariamente pela repressão. Os AIE's se apresentam ao observador sob a forma de instituições diversas e especializadas. São instituições religiosas, escolares, familiares, jurídicos, políticos, sindicais, de informação, culturais.

Enquanto o Aparelho do Estado é unitário, os Aparelhos Ideológicos são plurais. A suposta unidade inerente aos AIE's não é visível imediatamente. Além disso, estes Aparelhos são de domínio privado. O que gera a união de um corpo aparentemente desconexo representado pelos AIE's? Possivelmente o fato de que funcionam predominantemente pela ideologia.

---

<sup>54</sup> As reflexões sobre o caráter do movimento e do Estado que se estabeleceu pós-30 e as relações entre as frações das classes dominantes não são consenso na Historiografia Brasileira. Neste debate se destacam nomes como Edgar De Decca, Boris Fausto, Claudio Vesentini, Italo Tronca, Vavy Pacheco Borges entre outros, que abordam as diferentes questões envolvidas neste processo, tais quais as noções de crise de hegemonia e autonomia estatal, silenciamentos de uma memória derrotada no processo de estabelecimento de uma memória da “revolução”, a noção de uma invenção do fato e etc.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

É nesse funcionamento que se unifica sua diversidade, uma vez que a ideologia pelo qual funcionam é sempre unificada. Estão sob a ideologia dominante, que é sempre a ideologia da classe dominante. Se a classe dominante, por meio de aliança entre classes ou entre frações de classe, domina o Aparelho de Estado, pode-se inferir que esta é também atuante nos Aparelhos Ideológicos, pois é a ideologia dominante que faz funcionar os AIE's (ALTHUSSER, 1996: 115-116). Há uma diferença na atuação por meio do Aparelho de Estado e por meio dos Aparelhos Ideológicos, mas não há possibilidade de nenhuma classe exercer o poder estatal por muito tempo se não exercer sua hegemonia sobre/e no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Em última instância, a luta de classes ocorre também no interior dos Aparelhos Ideológicos, estes se configuram como o alvo e o próprio palco desta luta (Idem: 117).

O dispositivo de dominação ideológico pode ser percebido em várias estratégias de exercício de poder por parte de Juracy, tanto no Aparelho (repressivo) Estatal, quanto nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Em relação aos últimos, há, por exemplo, os casos dos jornais que circulavam pela capital baiana entre as décadas de 1920 e 1930, que eram ligados a setores das oligarquias baianas e suas colunas muitas vezes eram o local preferido para as disputas políticas entre os principais chefes políticos do estado. Os principais eram o *A Tarde*, de propriedade de Ernesto Simões Filho (MAGALHÃES, 1957: 52-53), político ligado ao grupo de Otávio Mangabeira, o *Diário da Bahia* ligado ao grupo de J. J. Seabra (CARVALHO, 2005: 38-42), o *Imparcial* que no início da década de 1930 deu voz aos integralistas (FERREIRA, 2009) e após 1937 foi para as mãos do chefe local da região do São Francisco, Franklin Lins do Albuquerque que se utilizava do veículo para atacar seus desafetos, principalmente o interventor Landolfo Alves (LINS, 1997: 66). Tinha também o *Diário de Notícias* de propriedade de Altamirando Requião, também aliado político de Juracy Magalhães (1982: 75).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Ao chegar à Bahia para assumir o cargo de interventor, designado diretamente por Vargas, Juracy enfrentou uma forte oposição que se estabeleceu principalmente através da imprensa, esta era frequentemente utilizada como uma barricada, a partir qual a oposição lançava seus mais ferozes ataques. Muitas vezes um mesmo jornal mudava de opinião e de lado no decorrer das contingências do momento. Fosse por causa de perseguição oficial exercida pelo então interventor que mandava prender, perseguir e exilar da Bahia jornalistas incômodos, por conta de interesses, ou pela mudança em sua direção um mesmo jornal poderia em pouco tempo elogiar quem já havia detratado e vice-versa (CARVALHO, 2005: 38-42).

Um caso emblemático foi o *Diário da Bahia*, que em 1930, por conta de sua ligação com o seabrismo, saudava entusiasticamente os revolucionários (CARVALHO, 2005: 38), posição que começou a mudar quando se percebeu que o velho líder estava sendo desprestigiado e alijado do processo de escolha do interventor, e se tornou um porta-voz de Seabra na oposição a Juracy (Idem: 38-40). E em 1932, com a substituição de sua direção este órgão de imprensa passou a ser utilizado pelo interventor como uma voz contra seus opositores que tinham em *A Tarde* e em *O Imparcial*, tribunas privilegiadas para o ataque (Idem: 42).

A criação de um programa de rádio, a partir do qual, o Interventor tinha um canal de comunicação direto com a população através de um veículo de comunicação de massa foi outra ação de Juracy no que diz respeito ao seu relacionamento com a imprensa e comunicação com a sociedade baiana (MAGALHÃES, 1982: 73). É fundamental perceber os meios de comunicação de massa, no período em questão, o jornal e o rádio como instrumentos de exercício e disputa de poder. Onde as ideias distribuídas por estes meios representavam as ideias dominantes em uma sociedade, ou seja, as ideias da classe dominante e suas frações eram consumidas como universais para o conjunto da sociedade.

Juracy garantiu, ainda, seu domínio no Aparelho (repressivo) de Estado a partir do funcionamento de Aparelhos Ideológicos e buscou criar um partido político sobre o seu controle (PINHO, 2010: 92-97). Ele construiu para si a imagem



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de um homem público que valorizava o diálogo e que buscava agregar apoios dos mais diversos, inclusive entre seus opositores. Relatou suas viagens ao interior, destacando a novidade desta estratégia política, com a supressão dos intermediários no contato com os chefes locais (MAGALHÃES, 1982: 74-75 e 80-84). Contrariando suas próprias memórias e aquilo que seria o ideal do movimento de 1930 e do tenentismo, ele estabeleceu seu poder por décadas a partir das ligações pessoais com os coronéis do interior. Carone (1975: 233) caracterizou Juracy como um representante da corrente tenentista chamada de oportunista, por conta da sua aliança com as correntes oligárquicas contrárias à Seabra, e, desse modo, ele criou novas bases oligárquicas, a partir da pressão aos interventores municipais para aderirem ao seu governo, e para integrarem o seu partido, o Partido Social Democrático, em 1933.

Ainda se colocou como um interlocutor político privilegiado de Vargas e justificou esta posição relatando o conselho que teria fornecido ao chefe do governo provisório, no sentido de encaminhar a formação de partidos políticos a partir dos interventores e prosseguir os ganhos da revolução<sup>55</sup> através do regime democrático (MAGALHÃES, 1982: 79). Desse modo, ele lançou mão de suas relações pessoais com os chefes políticos locais em diversas localidades do interior do estado, isolou politicamente os antigos caciques políticos estabelecidos na capital e lançou seu partido em 1933, para concorrer às eleições a partir de 1934 (MAGALHÃES, 1982: 80-84). Juracy procurou destacar que seus quadros partidários eram formados por personalidades de destaque na política, nas ciências e na intelectualidade baiana (Idem: 79). Era preciso buscar a legitimidade e o reconhecimento que garantiriam o processo de estabelecimento de uma hegemonia política no estado (Idem: 79).

---

<sup>55</sup> Neste caso, Juracy Magalhães fez parte da conspiração que derrubou o presidente Washington Luís e como integrante do grupo vencedor passou a construir suas memórias sob essa ideia de revolução. Ou seja, uma memória construída a partir de um dispositivo ideológico acionado no sentido de ocultar a luta de classes e silenciar as vozes dissonantes daqueles que foram afastados do processo histórico pelos vencedores de 1930. Ver: (TRONCA, 1986: 60-61).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O outro lado desta moeda era estabelecido a partir da sua relação com os chefes políticos locais, os chamados coronéis. Mas, neste caso, ele estabeleceu uma espécie de nova tipologia do coronel baiano. Criticado por conta destas alianças, ele primeiro estabeleceu uma diferença, chefe local sim, coronel não. Porque, em sua opinião o coronel seria uma caracterização caricata dos chefes locais. Não considerava coronéis, figuras como Gileno Amado em Itabuna, Lauro Passos em Cruz das Almas, Manuel Novais no São Francisco, Arnold Silva e Elpídio Nova em Feira de Santana, entre outros (MAGALHÃES, 1982: 81-82).

O coronel seria aquele se impôs em seu meio como um líder natural, capaz de ajudar na educação dos filhos dos amigos, conseguir pessoalmente a construção de uma escola ou de uma estrada, capaz de estabelecer e manter a ordem na sua localidade, em geral fazendo sacrifícios econômicos. E sua presença foi fundamental para o estabelecimento da vida política do país. Enfim, características que demonstravam o arbítrio, o personalismo e o patrimonialismo no processo de montagem de um poder local. Ele justificou sua aliança com os coronéis por conta da necessidade de estabelecer uma sólida base política e assegurar a continuidade da revolução (CHAUÌ, 2013: 126-127), não compreendendo esta postura como uma contradição (MAGALHÃES, 1982: 82-84). Neste caso, o tema da revolução em Juracy Magalhães é o grande vazio, a partir do qual, se constroem sentidos os mais diversos, que justificaram as ações do personagem em diversos momentos de sua trajetória política. Neste caso, podemos pensar a construção da trajetória de Juracy a partir da noção de um discurso ideológico que tem como uma de suas principais características ser um discurso lacunar. Ou seja, é produzido a partir de espaços em branco. São exatamente os espaços em branco, as lacunas que garantem a eficácia deste discurso. Por que não diz tudo, o discurso ideológico é coerente e poderoso (CHAUÌ, 2013: 126-127).

Estas estratégias políticas de Juracy podem ser analisadas através da noção crítica de ideologia proposta por Thompson (1995) a partir de uma leitura deste da construção teórica que Marx e Engels construíram sobre o tema. Para ele os



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

modos de operação da ideologia se configuram a partir de cinco características (THOMPSON, 1995: 82-89). Sendo que, das quais algumas aparecem claramente em seu exercício de poder.

O primeiro modo de operação é a busca por legitimação (THOMPSON, 1995: 82), através desta, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem representadas como legítimas. Como uma estratégia da legitimação temos a racionalização (Idem: 82), através do qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.

Outras estratégias são a universalização (THOMPSON, 1995: 82), acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos aparecem como servindo ao interesse de todos e a narração, exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Neste caso, se pode pensar que a construção da noção de Revolução de Trinta se encaixa neste processo.

Pois o que é narrado como uma novidade, como uma modernização nos costumes e nas ações políticas sofre de um vazio no discurso que é característico da ideologia. Vargas o grande nome construído pós-30 era um integrante das oligarquias do Rio Grande do Sul, herdeiro político de uma figura tradicional como Borges de Medeiros, a suposta “Era Vargas”, enquanto unidade foi, na verdade, uma construção historiográfica e memorialística posterior, e o caso de Juracy é, também, contraditório. Sua mão estendida aos coronéis se estabeleceu como uma contradição com o discurso oficial dos ditos revolucionários que queriam enterrar de uma vez por todas as práticas políticas chamadas de decaídas, emboloradas e que traziam o que havia de mais arcaico. E os coronéis representavam tudo isso. Mas Juracy fez acordo com grande parte deles, não sem antes construir toda uma retórica para justificar sua ação e continuar agindo em nome desse dispositivo ideológico: a revolução.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Esta última ação é o que Thompson (1995: 83) denomina de segundo modo de operação da ideologia, a saber, a dissimulação (THOMPSON, 1995: 83), na qual as relações de dominação podem ser estabelecidas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou ainda são representadas de modo a desviar nossa atenção ou passar por cima das relações e processos existentes. Ela opera a partir do deslocamento (Idem: 83) que é usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa. Também se utiliza da eufemização (Idem: 84) que são ações, instituições ou relações sociais que são descritas ou reescritas de modo a despertar uma 'valoração positiva'.

## CONCLUSÕES

O problema que o artigo em questão traz, diz respeito à memória construída por um personagem pertencente às classes dominantes, no máximo, um representante de frações desta mesma classe. Portanto, a disputa concerne a grupos rivais dentro de uma mesma classe que lutam para que a sua versão de passado seja legítima e percebida como um elemento de disputa e exercício de poder. Por este motivo a necessidade de construção de uma noção de memória ideologizada.

Diante do que foi exposto podemos gerar algumas questões significativas. Primeiro, a existência de memórias em disputa, ou seja, versões do passado que buscam uma legitimação no presente e que diz o que foi o passado pode estabelecer estratégias de dominação e exercício do poder no momento de sua publicização. Segundo, o homem público em geral dá uma ordenação às suas memórias, pois estas são elementos fundamentais de ação e de exercício de poder, portanto, como no caso de Juracy, tê-las publicadas em mais de uma oportunidade e com a possibilidade de algumas alterações pontuais, permite ter o controle sobre o que se lembra e o que se esquece, não apenas sobre sua vida particular mas,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

sobretudo, sobre uma época específica e sobre uma sociedade. Terceiro, perceber que para dar conta dos processos de dominação e suas representações a partir das memórias é preciso ter acesso às condições que engendraram cada uma das ações e confrontar com o que foi relatado. Neste caso perceber que as memórias que se querem universais e produtoras de identidade em geral, são as memórias de determinados grupos em particular que fazem funcionar seus sentidos para estabelecer relações de poder e de dominação.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CARONE, Edgard. **O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do Juracismo: um perfil da política baiana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Fundação Perseu Abramo, 2013.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Postfácio de Gérard Namer. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepcion: Universidade de la Concepcion; Caracas: Universidade Central de Venezuelas. 2004.
- JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la memoria**. Lima: IEP, 2012.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v1).





ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- LINS, Wilson. **Aprendizagem do absurdo**: uma casa após a outra. Salvador: EGBa, 1997.
- MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei Et all (Orgs.). História, Memória e Educação. Campinas: Alínea, 2011
- MAGALHÃES, Juraci M. **Minha Vida Pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Minhas Memórias Provisórias**: depoimento prestado ao CPDOC. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.
- GUEIROS, José Alberto. **O Último Tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996.
- PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé Araújo. **De forasteiro a unanimidade** : a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2010.
- RICOUER, Paul. **A História, A Memória, O Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1986.